

## **RESOLUÇÃO Nº XX/ 2025 – IFAM**

### **Dispõe sobre a utilização, por estudantes, de celulares e demais aparelhos eletrônicos portáteis pessoais no âmbito do Instituto Federal do Amazonas - IFAM.**

Considerando a Lei Nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025 que dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica;

Considerando a Lei Estadual nº 3198 de 04 de dezembro de 2007 que dispõe sobre a proibição do uso de telefone celular nos estabelecimentos de ensino da rede pública e particular do Estado do Amazonas e dá outras providências, alterada pela Lei nº 124 de 18 de setembro de 2012;

Considerando o Decreto nº 12.385 de 18 de fevereiro de 2025 que regulamenta a [Lei nº 15.100](#), de 13 de janeiro de 2025, para tratar da proibição do uso, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais durante a aula, o recreio ou o intervalo entre as aulas, para todas as etapas da educação básica, com o objetivo de preservar a saúde mental, física e psíquica das crianças e dos adolescentes;

Considerando a RESOLUÇÃO Nº. 94 - CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015, que altera o inteiro teor da Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

Considerando a RESOLUÇÃO Nº 57-CONSUP/IFAM, 26 de dezembro de 2013 que aprova as Normas Disciplinares do Corpo Discente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM.

Considerando a Portaria Nº 168/GR/IFAM, de 30 de janeiro de 2025 que constitui a Comissão responsável por estabelecer os procedimentos/orientações internas a respeito da Lei nº 15.100/2025.

## **CAPÍTULO I**

### **DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS**

Art. 1º Esta Resolução dispõe sobre a utilização de celulares e outros dispositivos eletrônicos, por estudantes matriculados nos cursos técnicos, na forma integrada e concomitante, no âmbito do IFAM.

Parágrafo único. Para os fins desta Resolução, consideram-se:

I - Dispositivos eletrônicos portáteis pessoais: smartphones, tablets, notebooks, smartwatches e outros similares;

II - Sala de aula: todos os espaços escolares, nos quais são desenvolvidas atividades pedagógicas sob a orientação de profissionais de educação.

III - Período de aulas: período de permanência do estudante no campus, incluindo sala de aula, intervalos e atividades extracurriculares.

## **CAPÍTULO II**

### **DO USO DE DISPOSITIVOS ELETRÔNICOS**

Art. 2º Fica proibida a utilização de telefones celulares e outros dispositivos eletrônicos, por estudantes matriculados nos cursos técnicos, na forma integrada e concomitante, durante a aula ou intervalos entre as aulas.

Art. 3º Os estudantes que optarem por levar seus telefones celulares ou outros dispositivos eletrônicos para o campus deverão, sob sua guarda, desligá-los, não tendo permissão de acessá-los durante o período de atividades pedagógicas, excetuando-se os casos previstos em lei.

Parágrafo único: A guarda e o controle dos dispositivos são de inteira responsabilidade do estudante, não sendo permitida a guarda por servidores, colaboradores ou convidados. O IFAM não se responsabiliza por perdas, danos ou extravios.

Art. 4º O uso de dispositivos eletrônicos, por estudantes, será permitido nos campi exclusivamente nas seguintes situações:

I - para fins estritamente pedagógicos ou didáticos, e/ou quando houver necessidade pedagógica para utilização de conteúdos digitais ou ferramentas educacionais específicas, mediante orientação dos servidores do IFAM;

II - por estudantes com deficiência, nos termos do disposto no art. 2º da Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, mediante atestado, laudo ou outro documento assinado por profissional de saúde com a indicação do uso desses dispositivos como instrumento de tecnologia assistiva no processo de ensino e aprendizagem, de socialização ou de comunicação;

III - garantia do exercício dos direitos fundamentais por toda a comunidade escolar.

§ 1º O atestado, o laudo ou outro documento de que trata o inciso II do caput poderão ser substituídos por outras formas de comprovação, a critério do campus.

§ 2º O uso dos dispositivos autorizados nos termos do inciso I deste artigo deve ser restrito ao período da atividade pedagógica que justifique sua utilização.

§ 3º O uso dos dispositivos autorizados nos termos do inciso II deste artigo poderá ser utilizado de forma contínua, desde que comprovada a necessidade.

§ 4º A comunicação do estudante com seus pais ou responsáveis por meio de dispositivos eletrônicos, em situações excepcionais, durante o horário escolar, deverá ser previamente autorizada pelo setor a ser definido pelo campus, considerando sua estrutura organizacional e ainda a realidade local e mediante necessidade comprovada.

### **CAPÍTULO III**

#### **DAS MEDIDAS INTERNAS**

Art. 5º Os campi e a Reitoria do IFAM devem:

I - promover ações de conscientização sobre os riscos do uso imoderado de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais, de modo a integrar o tema ao planejamento pedagógico anual;

II - oferecer formação aos profissionais da educação sobre:

a) a educação digital para o uso seguro, responsável e equilibrado de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais; e

b) a identificação de sinais de sofrimento psíquico em estudantes, decorrente do uso imoderado de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais; e

III - promover espaços de escuta e garantir acolhimento aos estudantes, às professoras, aos professores e aos profissionais atuantes no estabelecimento de ensino que apresentem sinais de sofrimento psíquico relacionado ao uso de dispositivos digitais e às ofensas on-line.

IV - promover ações informativas e estratégias de sensibilização sobre o sofrimento psíquico e a saúde mental dos estudantes e servidores, informando-lhes sobre os riscos, os sinais e a prevenção do sofrimento psíquico, incluído o uso imoderado de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais.;

V – estabelecer, em seus regimentos internos e em suas propostas pedagógicas, considerada a participação da comunidade escolar, conforme o princípio da gestão democrática do ensino público:

a) As estratégias de orientação aos estudantes e às suas famílias;

b) As estratégias de orientação e de formação docente e aos demais servidores, especialmente aos que integram as equipes multiprofissionais e ações do ensino;

c) Os critérios para orientar o uso pedagógico dos aparelhos eletrônicos portáteis pessoais, consideradas as características de cada etapa e de cada modalidade de ensino atendida;

d) A forma de guarda dos aparelhos eletrônicos portáteis pessoais, para evitar que os estudantes os utilizem durante a aula, o recreio ou os intervalos entre as aulas, observado o disposto no art. 3º da Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025 e esta Resolução;

e) as consequências do descumprimento;

VII - realizar ações e estratégias visando à socialização dos estudantes;

VIII - informar aos responsáveis dos estudantes a existência desta Resolução e da Lei nº 15.100/2025;

IX – disponibilizar, observando-se as especificidades da realidade local de cada campus, um canal de comunicação, de acesso permanente e ágil, seja via ligação, por aplicativo de mensagem ou outro meio, que possibilite a comunicação dos pais ou responsáveis com os estudantes em situações de urgência.

§ 1º As ações de que tratam os incisos I a III do art. 5º deverão considerar o disposto na Lei nº 14.819, de 16 de janeiro de 2024.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso III do art. 5, o estabelecimento de ensino poderá recomendar o atendimento por profissional externo para estudantes, professoras, professores e demais profissionais.

## **CAPÍTULO IV**

### **DAS CONSEQUÊNCIAS DO DESCUMPRIMENTO**

Art. 6º Com base na Resolução nº 57-CONSUP/IFAM, faltas disciplinares são quaisquer violações dos preceitos de ética, dos deveres e obrigações escolares, das regras de convivência social e dos padrões de comportamento impostos aos alunos, em função do sistema peculiar de ensino em que o Instituto está sujeito. As faltas disciplinares classificam-se em:

I - Leve: são aquelas que não chegam a comprometer os padrões morais, pedagógicos e escolares, situando-se exclusivamente no âmbito da disciplina.

a) As infrações de natureza LEVE encontram-se listadas no artigo 15 da Resolução n. 057-CONSUP/IFAM/2013.

II - Média: são aquelas que atingem os padrões de disciplina e comprometem o bom andamento dos trabalhos escolares.

a) As infrações de natureza MÉDIA encontram-se listadas no artigo 16 da Resolução n. 057-CONSUP/IFAM/2013.

III - Grave: são aquelas que comprometem a disciplina, os padrões morais e os costumes, bem como o andamento dos trabalhos pedagógicos.

- a) As infrações de natureza GRAVE encontram-se listadas no artigo 17 da Resolução n. 057-CONSUP/IFAM/2013.

IV - Gravíssima: são aquelas ofensivas à dignidade dos docentes, discentes, técnico-administrativos, atentatória às instituições ou ao Estado e que comprometa o projeto pedagógico da Instituição, atingindo gravemente os padrões de disciplina, ética, moral e bons costumes;

- a) As infrações de natureza GRAVÍSSIMA encontram-se listadas no artigo 18 da Resolução n. 057-CONSUP/IFAM/2013.

Art 7º Ainda com base na Resolução nº 57-CONSUP/IFAM, as sanções disciplinares terão caráter educativo que vise à preservação da disciplina escolar, elemento básico indispensável à formação integral do indivíduo. As sanções disciplinares a que os alunos estão sujeitos, são as seguintes em ordem crescente de gravidade:

I. Advertência Verbal: consiste em admoestação feita ao aluno pelo cometimento de falta leve;

II. Advertência Escrita: é a sanção relativa à transgressão de natureza média ou pela reincidência de faltas de natureza leve;

III. Suspensão: é a sanção disciplinar aplicada às faltas de natureza média e grave ou pela reincidência das mesmas, segundo decisão da Coordenação de Assistência ao Educando ou Comissão Disciplinar, podendo ser:

- a) No caso de falta de natureza média, até cinco dias letivos ou consecutivos.
- b) No caso de falta de natureza grave, de seis até dez dias letivos ou consecutivos.

#### IV. Aplicação de Sanção

V. Desligamento da Instituição: sanção aplicada somente por meio de portaria emitida pelo Gabinete da Reitoria, após Processo Disciplinar, conforme Art. 33 da Resolução n. 057-CONSUP/IFAM, de 26 de dezembro de 2013 e manifestação da Procuradoria Federal junto ao IFAM, no caso de reincidência da sanção disciplinar de suspensão ou por cometimento de falta de natureza gravíssima.

§1º O aluno que estiver em cumprimento de sanção de suspensão terá restrição de toda atividade escolar e extracurricular.

§2º A ordem de aplicação das sanções disciplinares não obriga a sequência, podendo a Suspensão ou Desligamento da Instituição ocorrer mediante uma única falta gravíssima.

§ 3º A ordem das penalidades previstas neste artigo pode ser sequencial ou aleatória, de acordo com a gravidade da falta cometida e os princípios de formação adotados. (94)

§ 4º Os Coordenadores de Ensino/Curso/Área/Eixo Tecnológico/Polo ou equivalentes, poderão aplicar a penalidade prevista no inciso I. (94)

§ 5º O Diretor de Ensino, ou equivalente do campus, poderá aplicar a penalidade prevista no inciso II, podendo em sua ausência, ser aplicada pelo Coordenador de Ensino/Curso/Área/Eixo Tecnológico/Polo do campus. (94)

§ 6º O Diretor Geral do campus aplicará as penalidades previstas nos incisos III, IV e V, sendo esse último precedido de um relatório conclusivo realizado por meio de um Processo Disciplinar, conforme artigo 185 do Regimento Geral do IFAM, cujas normas serão definidas pela Pró-Reitoria de Ensino. (94)

§ 7º Ao discente suspenso é vedada a participação nas atividades acadêmicas e demais atividades do Instituto, inclusive àqueles envolvidos em Processo Disciplinar.(94)

Art 8º As demais questões envolvendo as consequências ao descumprimento da Lei Nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025 deverão se basear na Resolução Nº 57-CONSUP/IFAM de 26 de dezembro de 2013 e na Resolução Nº 94 - CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015.

## **CAPÍTULO V**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 9º A Pró-reitoria de Ensino - Proen, por meio do Departamento de Assuntos Estudantis - DAES, deve apoiar e assessorar os campi na elaboração de estratégias, realização de eventos e implementação de projetos sistêmicos ou locais, abrangendo temas como nomofobia, sofrimento psíquico, prevenção do uso abusivo de tecnologias, que abranjem a cidadania digital e a saúde mental dos estudantes.

Art. 10. Os pais ou responsáveis poderão ser chamados a participar, acompanhar e apoiar o progresso do uso consciente da tecnologia pelos estudantes, adotando medidas como:

I - diálogo com seus filhos sobre a importância do cumprimento das normas;

II - incentivo ao uso do celular de forma consciente, fora do ambiente escolar; e

III - apoio ao cumprimento das regras estabelecidas, reforçando os valores de responsabilidade e respeito.

Art. 11. Para estudantes dos cursos técnicos, ofertados na modalidade de jovens e adultos, assim como para estudantes dos cursos técnicos subsequentes, graduação e pós-graduação, orienta-se que o uso de telefones celulares e outros dispositivos eletrônicos seja realizado de maneira responsável e respeitosa, em observância às Resoluções do IFAM e à Lei Estadual nº 3198 de 04 de dezembro de 2007, alterada pela Lei nº 124 de 18 de setembro de 2012.

Art. 12. A comunidade escolar deverá se envolver na implementação desta Resolução e caberá à Direção-Geral, juntamente com sua equipe de gestão, realizar momentos de formação com professores e demais servidores, sensibilizando-os acerca de sua necessidade e importância, bem como, qualificando-os a fim de orientar os alunos sobre o uso responsável de tecnologias.

Art. 13. A PROEN poderá editar Instruções Normativas orientando a aplicação do disposto nesta Resolução.

Art. 14. A reitoria e os campi deverão dar ampla divulgação a esta Resolução.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.